



X REUNIÓN DE ADMINISTRADORES DE PROGRAMAS ANTÁRTICOS LATINOAMERICANOS

26 al 30 de julio de 1999

Brasília - Brasil

TITULO:

**AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIEN-
TAL DOS PROGRAMAS ANTÁRTICOS
LATINO-AMERICANOS**

PAIS:

BRASIL

PUNTO AGENDA:

08

PRESENTADO POR:

**FERNANDO
ARAÚJO**

VASCONCELOS DE

DOCUMENTO N°:

033

SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO

AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DO IMPACTO AMBIENTAL DOS PROGRAMAS ANTÁRTICOS LATINO- AMERICANOS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE ATIVIDADES ANTÁRTICOS

Tendo como referência o Artigo 3º do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente, verificamos que é solicitado aos administradores de programas antárticos que "as atividades a serem realizadas na área do Tratado da Antártica deverão ser planejadas e executadas com base em informações prévias e uma apreciação fundamentada nos possíveis impactos no meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados".

Para a avaliação ambiental das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro são observadas as diretrizes gerais estabelecidas no Protocolo de Madri, mas além destas, um detalhamento e uma sistematização foi definida.

Todas as atividades que se desenvolvem no âmbito do PROANTAR podem ser desenvolvidas em dois grupos: atividades científicas e logísticas.

Para as atividades científicas, é aplicado o *formulário de avaliação ambiental para atividades científicas* e requerido também o documento básico de cada projeto científico a ser desenvolvido. Nesta etapa, é requerido de cada coordenador de projeto científico atender a preocupações sobre lixo, manuseio de produtos químicos e lubrificantes e sobre a localização da sua atividade, entre outros aspectos.

As atividades são então avaliadas quanto ao potencial de impactos ao meio, e conforme cada caso, é informado à coordenação do PROANTAR para que se autorize o início das mesmas, ou para que se exija informações complementares. A partir deste procedimento, pode ser solicitada uma Avaliação Inicial ou uma Avaliação Abrangente de Impacto Ambiental, de acordo com o procedimento previstos no Anexo I do Protocolo.

Para a avaliação do segundo grupo de atividades foi elaborado um formulário que permite conhecer as especificidades de cada atividade logística a ser desenvolvida nas Operações Antárticas.

O *formulário de avaliação das atividades logísticas* objetiva detalhar as informações sobre o local, materiais, duração, equipamentos e pessoal envolvido, entre outras questões. A partir do recebimento deste formulário pelo Grupo de Avaliação Ambiental do PROANTAR, uma verificação do potencial de impacto de cada atividade é realizada.

Os procedimentos posteriores ao recebimento do formulário de logística se assemelham àqueles apresentados para as atividades científicas, ou seja, se a atividade for considerada como de impacto **menor** que um *Impacto Menor ou Transitório*, a mesma é realizada de imediato. Caso o nível de impactos seja definido como **igual** a um *Impacto Menor ou Transitório*, informações complementares são solicitadas até que fique claro suas repercussões no meio ambiente e as medidas mitigadoras a serem adotadas. Mas se os impactos ambientais potenciais forem classificados como **maiores** que um *Impacto Menor ou Transitório*, é exigido um Avaliação Abrangente de Impacto Ambiental e sua tramitação se dará conforme as diretrizes estabelecidas no Anexo I Protocolo de Madri.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO AMBIENTAL

Para uma avaliação ambiental consistente, ou seja, além das atividades pontuais em cada Programa Antártico, as iniciativas voltadas ao monitoramento

ambiental assumem importância crescente, mas devem ser desenvolvidas em áreas prioritárias, a partir de temas prioritários, onde indicadores ambientais sejam estabelecidos a partir dos interesses e particularidades de cada programa antártico latino americano. Estes princípios não impedem que sejam realizados esforços paralelos padronizados entre os países.

O monitoramento ambiental é a ferramenta que possibilitará a melhor avaliação dos programas antárticos, pois não avalia atividades pontuais mas as repercussões da somatória de todas as atividades dos Programas. Desse modo, o planejamento das atividades de cada programa deve cada vez mais se municiar com informações gerenciais, e assim verificamos a necessidade dos administradores continuarem a atender e responder as informações solicitadas pelo Council of Managers of National Antarctic Programmes - COMNAP, mas também iniciar uma organização sistemática de dados gerenciais sobre aspectos do meio ambiente, no que se refere a utilização dos recursos naturais para cada operação antártica. Devem haver portanto, discussões sobre quais seriam as informações com as quais poderíamos iniciar esse trabalho mas algumas poderiam ser sugeridas imediatamente, tais como o volume de pesca, e as quantidades e as tipologias de espécies da fauna sacrificadas ou coletadas, assim como suas respectivas quantidades, além de outros aspectos.

O PROTOCOLO DE MADRI E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL

As normas estabelecidas pelo Protocolo de Madri são bastantes claras sobre quais as atividades requerem uma avaliação de impacto ambiental. E mesmo não existindo uma lista de atividades que são passíveis de uma avaliação de impacto ambiental, dada a rigidez dos critérios, conforme o Artigo 8º do Protocolo, temos que "toda mudança ocorrida em uma atividade deve ser avaliada".

Mesmo considerando que cada país tenha definido em âmbito interno os conceitos de *Impacto Menor ou Transitório*, é prudente que as informações de base sobre o ambiente sejam disponibilizadas previamente a realização das atividades.

Colabora ou reforça com esta idéia os procedimentos identificados no trabalho interssessional coordenado pela Argentina e que resultaram no elaboração WP 7 - XXIII ATCM - apresentado para discussão durante a segunda reunião do Comitê de Proteção Ambiental - CEP/RCTA. Encontramos neste documento, o qual foi utilizado como base para uma das recomendações da RCTA, a identificação da exigência de uma "descrição das referências do estado do ambiente inicial e a avaliação do estado do ambiente com a ausência da atividade".

Concluimos portanto que as considerações sobre o meio ambiente para o planejamento de todas as atividades na Área do Tratado, utilizando-se para isso informações de base, assumem então grande importância e deve ser vistas como complementares as avaliações das atividades pontuais realizadas a cada Operação Antártica. Estas merecem especial atenção por partes dos coordenadores de programas antárticos latino americanos.